

A CASA DA MEMÓRIA E O JARDIM DAS DISSONÂNCIAS: ESPAÇOS E PAISAGENS DE INSÍLIO EM ISABELA FIGUEIREDO E DJAIMILIA PEREIRA DE ALMEIDA¹

André Carneiro Ramos²

RESUMO: nossa proposta é lançar um olhar sobre a literatura portuguesa contemporânea, levando em consideração duas proeminentes autoras da chamada novíssima geração: Isabela Figueiredo e Djaimilia Pereira de Almeida. Para tanto, o tema que as une em nossa reflexão versa sobre o conceito de insílio, que problematiza a figura do desterrado, mas sob a perspectiva de um exílio de si. Nesse sentido, exploraremos as noções de paisagem, espaço e lugar nos romances *A gorda* (2017) e *A visão das plantas* (2019), que evidenciaríamos nos protagonistas as sensações de incompatibilidade social e questionamento de suas condições existenciais, potencializando, cada qual a seu modo, uma crítica aos resquícios de um posicionamento colonialista ainda circundante em Portugal. Guardadas as particularidades em seus projetos literários, a postura intercambiante das escritoras elencadas afirmaria uma deusas autenticidade, revelada em suas produções literárias como um *ajuste de contas* em relação ao passado colonialista do país, geradora, dentre outros traumas, de uma sensação quase onipresente de não-pertencimento, a que muitos retornados portugueses foram submetidos nos desdobramentos do pós-74. Para tanto, como referencial teórico, nos pautaremos em Eduardo Lourenço, Frantz Fanon, Maria Calafate Ribeiro, Michel Collot, Michel de Certeau, Mikhail Bakhtin, Nazir Ahmed Can e Valentin Volóchinov.

PALAVRAS-CHAVE: romance português contemporâneo, conceito de insílio, retornados portugueses, Isabela Figueiredo, Djaimilia Pereira de Almeida.

INTRODUÇÃO

Se para Valentin Volóchinov “[...] uma obra poética é um condensador poderoso das avaliações sociais não-ditas” (2017, p. 117), o que esperar do romance português hoje, em relação à temática do colonialismo? Nessa conturbada seara, romancistas da chamada novíssima geração estariam, cada qual a seu modo, procurando compreender os inusitados cenários que se abrem a partir desta problemática contemporaneidade, tanto em seu país, quanto para além dele.

E uma parcela desse vislumbre, no caso, a literatura feita por lá, problematizaria, portanto, os inúmeros traumas gerados pela experiência colonial lusa em África; numa perspectiva extramuros, em relação ao próprio território e história, um bom número de autores

¹ Este artigo é um dos resultados do Projeto de Pesquisa *O meu país é o que o mar não quer: a novíssima geração de escritores portugueses e o decolonialismo*, implementado na UEMG, unidade Passos (MG), no ano de 2021, com vigência até dezembro de 2023.

² Professor efetivo de literatura brasileira e literatura portuguesa da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail institucional: andre.carneiro@uemg.br.

surgidos a partir dos anos 2000 seguiriam polemizando e desconstruindo o emblema colonizador de seu país que, para muitos patrícios, ainda hoje faz um largo sentido.

Resistindo a isso, alguns nomes da prosa portuguesa de agora se preocupariam em denunciar/enfrentar tais posturas, revelando o que de mais traumático as experiências coloniais em África evidenciaram, pautadas, em enorme medida, pela violência (de todos os tipos), exploração, subserviência e, sobretudo, um grau de aniquilação identitária, envolvendo não apenas africanos, como também, numa dilemática equação (deveras menor, evidentemente), os colonos portugueses e suas famílias, deixados quase à revelia nos territórios ocupados no fim da Guerra Ultramar. Nesse ínterim, Margarida Calafate Ribeiro considera como pós-memória os discursos – ficcionais ou não – provenientes desse *ajuste de contas*, com muitos deles se pautando:

[...] mais do silêncio que das palavras, mais dos fragmentos do que das narrativas completas, mais de interrogações do que de respostas, [...] como uma memória específica, resumindo uma memória que inaugura uma relação ética com a experiência traumática dos pais e com sua dor de que se sentem herdeiros e que requer um reconhecimento, primeiro no seio familiar e depois no espaço público. (RIBEIRO in: BRUGIONI, 2012, p. 95).

Todas essas incursões geraram em nós reflexões acerca desse infortúnio vivido por inúmeras famílias portuguesas que tiveram de regressar a Portugal, no Pós-74, enfrentando um país que, em certa medida, apresentou-lhes uma conflitante resistência no processo de aceitação e reconhecimento dos próprios ex-colonos que, por muitos anos, trabalharam para a implementação do regime colonialista lusitano. Ressalte-se que tal problema envolveu também os filhos e filhas dessa gente, nascidos em África mas que, por conta do regime de dominação, eram igualmente considerados portugueses. Enfim, o relativo encerramento disso tudo adensaria todos esses matizes. E mais alguns outros.

Objetivando ampliar o escopo dessa temática, nosso artigo terá como tema a questão do insílio (KAN, 2020), numa abordagem conceitual que possa associar esse ser-português às dinâmicas de um processo de exílio que muitos retornados ainda sofrem, mesmo vivendo há tempos no interior do próprio país. Vale ressaltar que esta pesquisa bibliográfica, dentro do método qualitativo, foi originalmente pensada a partir do projeto elaborado na UEMG, unidade Passos (MG), no decurso do primeiro semestre de 2021 (com previsão de encerramento para 2023), intitulado *O meu país é o que o mar não quer: a novíssima geração de escritores portugueses e o decolonialismo*, cujos resultados, em parte, por ora aqui apresentamos.

Adotaremos, para tanto, dois romances da prosa portuguesa contemporânea – *A gorda* (2007), de Isabela Figueiredo, e *A visão das plantas* (2019), de Djaimilia Pereira de Almeida – como aportes para as inferências que serão realizadas.

O problema que mais nos motivou foi em relação às indagações acerca de como os retornados, ao longo de todos esses anos de realocação em território português, se considerariam hoje na superação das fraturas coloniais, imersos numa reconfiguração que muitos ainda carregam sob um efeito de trauma, ao mesmo tempo diaspórico e existencial-filosófico. Teriam, de fato, superado tudo isso? De que maneira tais assuntos se ajustariam às reflexões advindas das escritoras aqui recortadas?

Nesta investigação, portanto, averiguaremos como primordial objetivo uma compreensão desses desdobramentos, levando-se em conta certas relativizações dos últimos anos em relação a essas e outras temáticas sobre Portugal. Em todos os pontos mencionados, o conceito de insílio agregaria nuances fundamentais às obras elencadas: em *A gorda*, uma construção espacial intimista dará vazão a relações bastante francas de coexistência, tendo como foco a valorização dos objetos de uma casa, por exemplo; e n´*A visão das plantas*, notaremos o quanto a construção de um espaço pode se tornar reveladora de um lugar, digamos, *praticado* (DE CERTEAU, 1994), que muito bem se correlacionaria às faltas internas e externas que carregamos em termos de pós-memórias, e que pelo cultivo de um suposto jardim se revelassem, de vez, suplantadas. Sigamos com nossas considerações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste preâmbulo, podemos pensar no passado mítico lusitano como uma memória fluida que, por vezes, necessita ser ressignificada abarcando signos atuais, para assim se chegar à reflexão e tentativa de reajuste de parte daquilo que seria uma espécie de dilema identitário desse povo, ao mesmo tempo tão algoz e vítima de si mesmo.

Sobre isso, instaura-se a imagem de um Portugal mantenedor de inúmeras ressonâncias míticas, ainda hoje constituidoras de um forte imaginário, assimilador e problematizador de inúmeras questões sociais e políticas, como também filosóficas e culturais. Especialmente no século XX, variadas foram as conceituações que elevaram o homem à compreensão de sua dinâmica com o mundo, tornando-o um conhecedor mais bem gabaritado em relação ao próprio *habitat*. No caso, o conceito de paisagem proposto por Michel Collot (In: ALVES; FEITOSA, 2010, p. 207) segue nesse direcionamento, ao conjecturar que a paisagem “[...] não está apenas

habitada, ela é vivida. A busca ou a eleição de um horizonte privilegiado pode tornar-se uma forma de busca de si mesmo. Então, o fora testemunha para o dentro”.

Curioso, portanto, é o modo como esse elemento identitário do povo português, ao mesmo tempo errante e inativo, diga-se, ainda hoje se confirmaria, em parte, no olhar que dão para si e às coisas da própria terra, para a partir desse ponto configurarem a ideia que possuem de nação, associando tudo isso à uma idílica paisagem, que sempre irá se fazer enxergar mesmo estando eles com os pés fincados em outras paragens.

Temos aqui, então, uma fidelidade difícil de se romper: a do ser-português consigo mesmo e feito uma ilha, isolada e descolada do restante da Europa, bastando-se em suas próprias e históricas paisagens, de acordo com as demandas que se realinham – assim num tom de severa identidade. A partir dessa dinâmica, nunca se esquecem de um signo muito caro a eles, o da *pequena casa lusitana*, que segundo Eduardo Lourenço (1999, p. 11) funcionaria como um fiel na balança do tempo e do espaço; elemento inspirador para muitos, caso se fizesse necessário, da parte deles, um regresso à Ítaca-lusa.

Em outro aspecto, toda essa relativa estranheza comportamental dos lusos perderia o brilho a partir da perspectiva nefasta do colonialismo, amátema que persegue Portugal desde os séculos XV e XVI, iniciado com a aplicação do seu projeto expansionista-messiânico, com o reino embasado por todo um *status* cultural e náutico, conseqüentemente bélico, e que teve como um de seus ápices a Revolução de Avis, consolidando de vez o período das grandes navegações, bem como o poderio mercantil da burguesia da época.

Toda essa ambiciosa sombra se coadunaria a uma cíclica atmosfera mítica, agindo no âmago da essencialidade identitária portuguesa e de modo fundador, como se desde sempre eles fossem os escolhidos para a disseminação de todo esse apogeu cultural mundo afora, agregado à disseminação imagética de um reino cristão. Porém, sabemos que por detrás dessa incursão estética-religiosa se circunscreveria ainda mais forte, no fortalecimento de uma colonialidade do poder, que se desdobraria em se tratando de Portugal por vários séculos e tentáculos, ferozmente fincados no centro nevrálgico de seus sítios africanos subjugados, por exemplo, à custa de uma extremada violência para além da corporal, sem possibilidade de qualquer emancipação.

A partir dessa reflexão podemos ter uma pequena ideia do quão pesaroso foi o projeto colonial português. E no século XX houve uma continuidade disso tudo, na grande leva de portugueses que foram para os sítios africanos atuar como *colonos*, algo intensificado ao longo de todo o período salazarista, sendo várias as histórias de errantes famílias que tentaram, nesse processo, fincar raízes no outro continente. Dissecando toda essa, digamos, perversa *relação de*

sociabilidade, Frantz Fanon, na obra *Os condenados da terra* (1961), muito bem destacou o papel desse filho-colono-luso como peça relevante no tabuleiro exploratório-colonial que estava em pleno jogo:

O colono faz a história e sabe que a faz. E, porque se refere constantemente à história de sua metrópole, indica claramente que ele é, aqui, o prolongamento dessa metrópole. A história que ele escreve não é pois a história do país que ele despoja, mas a história da sua nação, quando roubava, viola e esfomeia. A imobilidade à qual é condenado o colonizado só pode ser questionada se o colonizado decidir pôr termo à história da colonização, à história da pilhagem, para fazer existir a história da nação, a história da descolonização. (FANON, 2005, p. 68).

É evidente que todas essas amarras devem ser hoje aniquiladas, e o processo é lento, porém renitente, passando por uma reflexão acerca da densidade dos traumas e dores dos países da chamada comunidade lusófona (essa própria nomenclatura carrega um viés colonialista, ressalte-se) em África, a fim de se atingir, a partir disso e com isso, um grau de luta emancipatória constante, mesmo após a libertação.

O fato é que com o fim das Guerras Coloniais, bem como o início do processo de descolonização da África, a maior parte dos portugueses que lá viviam se viram obrigados a retornar para Portugal, e tal atitude contribuiu para uma espécie de crise demográfica e social que, em certa medida, não corresponde ao percurso de que tratamos antes, de um idílico regresso desses filhos colonos-lusos à pátria, homens e mulheres que, apesar da distância, não se esqueceram do país, carregando a nacionalidade no peito e na memória durante o tempo em que estiveram longe. Esse é um dos grandes temas que, até hoje, produz intrincados desdobramentos na terra de Camões. Em tempo: reflitam sobre como isso tudo se relaciona ao conceito de paisagem...

Ora bem: antes de iniciarmos a análise dos romances de Isabela Figueiredo e Djaimilia Pereira de Almeida, faz-se necessária uma abordagem um pouco mais esclarecedora acerca do conceito de insílio, associado que ele está à basilar noção de um espaço-paisagem³ a ser por nós ressignificado.

³ Consideraremos a partir daqui como paisagem todos os signos que dialoguem com a noção de lugar/espço potencializadores de sentidos dos mais diversos, e que tenham relação direta ao que Collot (in: ALVES, 2010) já nos afirmou acima, sobre a incidência de uma construção cultural formadora de identidades, tanto numa perspectiva interna (o sujeito em relação a si mesmo, em seus aprofundamentos existenciais), quanto externa (sítios que enfatizam para esse mesmo sujeito uma sensação de pertencimento ou não-pertencimento).

Como ponto de partida para sua abrangência, temos de levar em consideração a possibilidade de qualquer reflexão voltada para o insílio ser a de um ocasional não-pertencimento, isso em relação a um lugar que desde sempre foi o nosso, como a casa da infância, por exemplo, sendo ela, vale reforçar, também um espaço-paisagem formador da alteridade que temos, sustentada que está pelos fios de toda uma memória afetiva que carregamos.

Nesse sentido, qualquer sentimento de solidão e exílio de si mesmo, correlacionados a um lugar, pode demarcar o início de uma mudança no ser. Delineia-se, a partir dessas demandas, um ponto de fricção estimulador de reflexões que incrivelmente haverão de resultar, a depender dos artistas envolvidos no processo, em responsivas (no dizer bakhtiniano⁴) obras de arte: lampejos a representar a própria vida. No caso de nossas escritoras elencadas, os seus romances, evidentemente.

Reforçamos que toda essa singularidade, advinda de um *desagregar-se de si*, não necessariamente envolveria apenas contextos políticos. Nazir Ahmed Can, em seu livro *O campo literário moçambicano: tradução do espaço e formas de insílio* (2020), menciona como exemplo disso o poeta moçambicano Luiz Carlos Patraquim, que em dado momento de sua vida, por questões unicamente pessoais, deixou o próprio país não tendo sido, naquela altura, perseguido por nenhum regime autoritário. Isso nos faz pensar que o conceito de insílio é amplo, chegando mesmo a relativizar a ideia que temos de exílio como algo voltado exclusivamente para um degredo imposto contra a vontade daquele que parte. A questão que se apresenta, portanto, é a do exílio de si, condição existencial propícia a inúmeras conjecturas, como a que verificaremos nos romances de Isabela Figueiredo e Djaimilia Pereira de Almeida.

Antes disso, porém, um breve adendo: torna-se ilustrativo para nós o que depois sucedeu ao poeta moçambicano mencionado, quando de seu retorno à pátria, algo que curiosamente não podemos deixar de também associar à experiência insiliar; as vivências acumuladas fora, associadas ao momento de seu retorno, cada qual a seu modo, fomentariam ainda mais suas criações, como a que visualizamos a seguir: “O olho intrusivo / o que vês na paisagem / se houvesse / e / dizes a palavra / muda / há uma savana anjo / que te redime / ela / pietá / a invisível árvore / e tu / filho de nada / no seu colo”. (PATRAQUIM, 2017, p. 59).

⁴ No que tange ao ato responsivo de Mikhail Bakhtin (2017), tal conceito se imbrica de modo filosófico a uma ética que, associada à linguagem, coadunaria cultura e vida a partir de uma noção arquitetônica imanente à obra de arte, configurando uma estética própria. Como um todo, tal processo envolveria variados elementos epistemológicos que formariam um constructo de escritores que seriam, eles próprios, protagonistas de um Portugal em transformação.

Atentem-se para esse fragmento de poema, extraído de seu livro *O cão na margem* (2017); constatemos o quanto uma noção memorialística da paisagem natal se relaciona por demais ao conceito de insílio, sendo reatualizada não apenas por uma reconfiguração dos espaços apreendidos na experiência do/no fora, mas, sobretudo, através dos aspectos culturais que a memória devolve/provoca ao poeta exilado, formadoras, em grande parte, de sua identidade.

Nesse ponto, reafirmam-se para nós duas constatações: 1) paisagens são sítios que significam; e 2) escrever é um encontrar-se também a partir desses locais. Vejamos.

Uma das questões mais evidentes no romance *A gorda* é o modo como Isabela Figueiredo trabalha a associação entre as perspectivas de lugar e paisagem em relação aos dramas e decisões que a protagonista Maria Luísa toma ao longo da narrativa. Um expediente curioso é a abertura de cada capítulo, remetendo a uma descrição dos cômodos da casa dos pais, contendo todos os signos agregadores de memórias possíveis, cuja relevância se desenvolve na valorização de cada elemento ali contido, num sentido de fenomenológica provocação.

Desde sua chegada a Portugal, que ocorrera antes do definitivo regresso de seus pais, a jovem personagem, mesclando momentos presentes e passados, segue se constituindo narrativamente feito um ser em desalinho com a realidade à sua volta, muito por conta de sua experiência como retornada de Lourenço Marques .

Maria Luísa, enfim, é muito marcada por pontos de fricção. Representando a metonímia da própria coletividade portuguesa, segue o tempo todo sendo colocada à prova, num contato frequente com temas controversos, propiciadores de uma reflexão que resultará numa espécie de *autorreconhecimento gerado pela autoescuta* a partir desses elementos, reveladores de traumas oriundos dessa condição sua de não-pertencimento, seja em relação às instituições (aceitação na escola, vida feliz em família, sucesso no trabalho, etc.), ou naquilo que a sociedade pós-salazarista espera dela (corpo magro, vida plena e exemplar, casamento adequado, etc.).

Como se verifica, inserida no contexto de uma escola somente para meninas, sofrendo preconceitos em virtude de sua compleição física, como também por ser inteligente, Maria Luísa passa a viver uma insatisfação crescente, que na verdade fundamenta a personagem. Lutando contra isso, ela passará a se desenvolver potencializando experiências, digamos, transformadoras, em relação à aceitação de si mesma. Algumas delas: externalizando sua sexualidade em relacionamentos curtos, porém importantes na busca por um amadurecimento; na futura operação bariátrica que acaba fazendo, de certo modo cedendo às imposições do corpo perfeito, que atualmente, para muitos, é a certeza de um caminho *garantido* para a felicidade; e na relação de dependência emocional que nutria em relação aos pais, aqui se percebendo

muito da centralidade dos estigmas negativos da personagem, em especial por conta da mãe dominadora (mas isso também se desdobrará em aprendizados e futuros ensinamentos).

Toda essa conjuntura é muito bem construída no romance, adensando-se nas interrelações estabelecidas entre a figura da mãe e os objetos-símbolos por ela trazidos de Moçambique, à primeira vista representando uma felicidade que não mais existe, construída no outro continente à custa de muita luta e adaptação, muito por conta do distanciamento sacrificial da pátria portuguesa, em seus lugares-paisagens tão marcadamente formadores da identidade lusa.

Ocorre que por ocasião do retorno da família a Lisboa, essa importância imagético-paisagística passou por uma redefinição. Novas lembranças foram adicionadas às vivências daqueles que passaram a viver em África, e isso incidiu numa reconfiguração identitária interessante, ratificadora do quanto os espaços são mesmo *lugares praticados* (DE CERTEAU, 2012, p. 184-5), mantenedores de elementos externos que fizeram parte da vida de lá, do outro continente, que na casa da mamã se fortalecem nos objetos dispersos na decoração. Eles ressignificam a paisagem exterior, conferindo-lhe os mais amplos sentidos (leia-se: provocações formadoras do ser).

Vejamus como exemplo de uma fração dessa paisagem exterior moçambicana se adentrando na casa no seguinte trecho:

A mamã colocou à entrada dois cadeirões em jambilre, com estofa forrado de capulana tradicional de Moçambique, em verde, laranja e castanha. Forramo-lo nós, numa tarde de euforia exótica. Entre os dois cadeirões pôs uma mesa de apoio baixa, onde instalou o telefone. No tampo para além do telefone, pousam-se chaves e correspondência. (FIGUEIREDO, 2016, arquivo Kindle).

O insílio, com destaque, é o sentir-se exilado no próprio lugar de origem, não mais se identificando plenamente com ele (é o que ocorreu com a mamã de Maria Luísa). Só que esse lugar pode ser reajustado e se transformar, gerando novas reflexões e sentimentos. E possíveis ações, como o *ajuste de contas* que provém da escrita literária.

No caso dos objetos-símbolos mencionados, eles representam a vida que os pais de Maria Luísa, à maneira de inúmeros portugueses, construíram para além de seu sítio natal, exercendo a função de colono, claro, mas também estabelecendo relativas raízes nos países ocupados. A iniciativa de se agregar duas culturas no centro de uma pequena casa representa o esforço de aceitação de tudo o que viveram nas colônias, agora também parte indelével das personagens.

Quando verificamos no livro passagens como essa, em que há uma boa sinergia entre mãe e filha, unidas na organização do apartamento de Almada, isso é bem representativo da mudança que segue ocorrendo hoje no país, em que boa parte da população (ao compreender os efeitos do colonialismo duramente perpetrado por Portugal) necessita se abrir a uma perspectiva mesmo decolonial, de posicionamento perante esses fatos, a fim de que as feridas causadas e sofridas sejam frequentemente tratadas (nunca serão *curadas* de todo...).

Desse modo, instaurar-se-ia um entendimento mais amplo do itinerário das Guerras Coloniais como parte integrante deles, mas que não os definiria. Algo que a literatura atual pode e deve problematizar sempre, sem descanso.

Em consonância a isso, portanto, não devemos renunciar à perspectiva paisagística que extrapola os ambientes até então fechados da casa familiar, apesar de eles representarem muito bem no romance um invólucro protetor para Maria Luísa; todavia, a menção a certos lugares-paisagens de Lisboa (Alcochete, Almada, Cova da Piedade, Mar da Palha, rio Tejo, etc.), bem como outras cidades (Barreiro, Montijo e Póvoa de Varzim, por exemplo), sinalizam a conjuntura de um Portugal que, à revelia de qualquer esquecimento, se mantinha vivo como paisagem-memória para qualquer filho ou filha que a quisesse levar no coração, no caso desses distanciamentos (voluntários ou não); quando a autora menciona em seu texto determinados sítios, a sensação que temos é a de que Portugal se mantém hoje aberto a outras vivências, para além do seu estigma colonialista (isso seria possível?).

Esse dado revela o quanto Isabela Figueiredo, através de seu romance, predispôs-se aberta a relativizações e enfrentamentos dos mais diversos em relação às próprias pós-memórias; em sua escrita de si, propõe uma revisão a temas cruciais portugueses, como a questão dos retornados, bem como a percepção que teriam agora de África, narrando suas tentativas de superação das próprias feridas, encontrando forças num próprio refazer-se a partir da ressignificação da casa familiar, com seus símbolos e vivências contribuindo para uma noção de pertencimento agora, a um lugar-paisagem mantenedor de afirmativas relações de alteridade e coexistência.

Em se tratando de *A visão das plantas*, Djaimilia Pereira de Almeida constrói uma narrativa em tons extremamente poéticos, e por isso mesmo reflexivos, em que se percebe a revelação de um personagem que mantém, ao longo do relato, uma postura que poderíamos chamar de dicotômica, haja vista revelar de forma crua, através do resgate de suas memórias, toda uma postura baseada num estigma colonialista (responsável pela má fama que tinha como capitão de um navio negreiro), ressaltada através dos piores atos cometidos em termos de violência e execração contra os negros escravizados. Todavia, nota-se também um lado,

digamos, mais humano do protagonista Celestino, com ele erguendo em seu próprio quintal um lugar-paisagem, praticando ali, com suas vegetações enraizadas e muito bem emaranhadas, um *ajuste de contas* em relação a toda essa feiura e maldade que desde lhe sempre o acompanhou, abrindo espaço para uma redentora beleza.

No nosso entendimento, Celestino é a própria representação de um Portugal do passado, detentor de uma autoridade (ressalte-se: o personagem é um capitão), mas que num retorno à pátria de fato, viu-se desintegrado em meio aos atos cruéis e colonialistas cometidos. O fantasma dessa faceta terrível o acompanhou e hoje, ao mesmo tempo em que o perturba, faz com que ele reflita sobre a existência que teve, buscando uma transformação. O lugar-paisagem que ele funda também pode representar um Portugal que, mesmo mergulhado em tantos dilemas, talvez ressurgisse fortalecido na condição de um jardim com inúmeras possibilidades, dissonante em alguns aspectos, evidentemente, mas, ainda assim, um sítio aberto ao cultivo da beleza agregada à esperança:

O seu jardim, capitão, o seu craveiro? [...] antes quero os meus cravos ao vento, faladores, falam todo o dia uns com os outros, como a bicheza fala metida nos nós da madeira, contam histórias uns aos outros que só eu ouço, grandes tristezas, bagatelas, e depois cansam-se, doem-se as costas, é quando eu os ajudo, lhes acomodo a cama, digo que vai alta a tarde, que está quase aí a nossa noite, queridos cravos, [...] do capitão Celestino, bem-aventurados, só querem é rir e comer e beijar borboletas. (ALMEIDA, 2019, p. 25).

E quando se vê um Celestino idoso, vivendo na pele a sua própria desintegração, tem-se aí a constatação de que tudo passa, agregada a uma espécie de cobrança da natureza em relação às maldades cometidas; tomamos contato aqui com uma experiência de insílio, pois o protagonista se encontra isolado em si mesmo, enraizado nesse lugar-paisagem, e a partir dessas posturas é que de certo modo consegue evoluir.

Ocorre que tal relato não possui muitos personagens, centrando-se por demais no protagonista, que segue desabrochando-se na condição de um homem que passamos a conhecer através não apenas dos erros cometidos, mas, sobretudo, de uma camada sua que tenta emergir, na condição de uma sensibilidade que aflora no cultivo do seu jardim. As plantas testemunham a assunção dessa sensibilidade, e os leitores acompanham a tudo isso bem de perto, tendo acesso a essa radiografia que, repetimos, ao que parece, trata-se do próprio Portugal.

Há o personagem do padre, que tenta oferecer a Celestino alguma redenção, mas a recusa do protagonista é muito forte, como se não quisesse mais abraçar a religiosidade com

justificativa a tudo de ruim que cometera, como se fosse fácil resolver um passado de irracionais violências somente aceitando eventuais sacramentos.

Por fim, esse lugar-paisagem se apresenta no romance a partir da já mencionada concepção de Michel de Certeau (2012), em que a ideia de lugar seria um sítio *praticado-construído*, contendo, por isso mesmo, elementos importantes ao sujeito envolvido num processo de cultivo-procura, descobrindo-se nos detalhes ali disseminados como sementes, de modo a erguer, a partir de suas vivências e sensibilidades acumuladas (no caso de Celestino, rechaçadas por um longo tempo) um santuário, local que o protegia de toda vil atmosfera que desde sempre o acompanhara. Nesse pético romance, a autora reafirma a seus leitores uma ímpar maturidade no cultivo de sua escrita. Sendo ela mesma uma retornada, isso muito nos diz sobre o seu próprio jardim, que para nós representaria a literatura dessa novíssima geração em Portugal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa perspectiva do insílio, portanto, é algo que poderíamos mesmo atribuir a uma espécie de exílio interno vivido pelos sujeitos, não necessariamente estando eles deslocados de seus lugares-paisagem. Nas palavras de Can (2020, p. 31), um desterro muita das vezes dentro da própria casa, correlacionado a questões existenciais, e que nos “[...] convida a repensar as relações que se estabelecem entre produtores e representações”.

Em *A gorda*, o que vimos foi a problematização de uma identidade semi-exilada, seja por conta dos desdobramentos históricos dos retornados, seja também por ocasião da procura por uma validação de referências que possam conferir à personagem Maria Luísa um lugar real no mundo, livre de traumas coloniais, e ratificador de uma alteridade que se fortaleça de vez, nem que seja a partir dos cômodos da pequena casa lusitana, algo que não permaneceria fincado somente nesse lugar-memória (as portas serão abertas).

No romance *A visão das plantas*, não se verificou uma definição temporal na narrativa (presume-se que transcorra no século XIX), o que contribui para transformar o romance numa grande metáfora sobre qual o preço a se pagar pelos desvarios colonialistas cometidos por uma nação empenhada em se fazer merecedora de dissonantes atributos, sejam eles econômicos ou messiânicos, e que por conta disso realizou terríveis feitos, pautados pela aniquilação e violência; desse modo, o personagem do capitão Celestino, ao cultivar seu jardim-paisagem, procurou a afirmação de um espaço-insiliar onde, enfim, pudesse *ajustar as contas* consigo mesmo (leia-se: o Portugal de ontem e de hoje aí se faz ecoar).

Concluindo: tudo isso, na verdade, influenciaria numa paulatina alteração do público leitor português, gerada a partir do modo como os chamados novíssimos revisariam o viés autocentrado de seu país, posicionando-se *responsivamente* pela escrita, num desejo de se lançarem para além de seculares mazelas, esgarçando, desse modo, o próprio umbigo eurocêntrico, propensos que estão ao encontro com uma bagagem cultural desfiguradora de qualquer herança isolacionista (de dentro ou de fora), redutora e paralisante. Nesse âmbito, destacam-se as nossas autoras, que em sintonia com muitos de seus pares sinalizaram, com maestria, os indicativos até aqui mencionados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Djaimilia Pereira de. **A visão das plantas**. São Paulo: Todavia, 2019.
- ALVES, Ida; FEITOSA, Marcia Manir Miguel (org.). **Literatura e paisagem**: perspectivas e diálogos. Niterói, EDUFF, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Por uma filosofia do ato responsável**. São Carlos (SP): Pedro & João Editores, 2017.
- BRUGIONI, Elena et al. **Itinerâncias**: percursos e representações da pós-colonialidade. Lisboa: Edições Húmus, 2012.
- CAN, Nazir Ahmed. **O campo literário moçambicano**: tradução do espaço e formas de insílio. São Paulo: Kapulana, 2020.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- FIGUEIREDO, Isabela. **A gorda**. São Paulo: Todavia, 2018.
- LOURENÇO, Eduardo. **Mitologia da saudade**: seguido de Portugal como destino. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- PATRAQUIM, Luís Carlos. **O cão na margem**. São Paulo: Kapulana, 2017.
- VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Ed. 34, 2017.